CORREIO BRAZILIENSE

23 AGO 1985

Constituinte terá um novo decreto

Descobriu-se que o nome do pastor evangélico foi publicado errado

SEÇÃO II

Diário Oficial

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXVI — Nº 158 TERÇA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1985 BRASÍLIA — DF

Sumário

ATENÇÃO, SENHOR USUÁRIO!

Atos do Poder Executivo

GABINETE CIVIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

—CLOVIS FERRO COSTA
—CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE
—EDGARD DE GODOY DA MATA MACHADO
—EDUARDO MATTOS PORTELLA
—EVARISTO DE MORAES FILHO
—FABIO KONDER COMPARATO
—FAJARDO JOSÉ PEREIRA FARIA
—Pe. FERNANDO BASTOS D'AVILA
—FLORISA VERUCCI
—GILBERTO DE ULHOA CANTO
—HELIO JAGUARIBE
—HILTON RIBEIRO DA ROCHA
—JOÃO PEDRO GOUVEIA VIEIRA
—JOAQUIM ARRUDA FALCÃO NETO
—JORGE AMADO
—JOSAFHAT RAMOS MARINHO
—JOSÉ AFONSO DA SILVA
—JOSÉ ALBERTO ASSUNÇÃO
—Rev. JOSÉ FERREIRA CUNHA
—JOSÉ FRANCISCO DA SILVA
—JOSÉ MEIRA
—JOSÉ PAULO SEPÚLVEDA PERTENCE
—JOSÉ SAULO RAMOS

Vieira entra no lugar de Comparato. E o decreto, que saiu com o nome do pastor evangélico errado, terá que ser republicado

O presidente Sarney terá que assinar um novo decreto de nomeação dos integrantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que será instalada dia três de setembro no Ministério da Justiça. Dois outros nomes incluirão a lista, o do ex-deputado federal Laerte Vieira, em substituição ao advogado Konder Comparato — que declinou de sua indicação — e o do reverendo Guilhermino Cunha, publicado por engano como José Ferreira Cunha.

A lista, polêmica desde o início de sua execução, pelo acúmulo de sugestões que chegavam ao Ministério da Justiça e ao Palácio do Planalto demorou mais de uma mês para ser divulgada. Mesmo assim, não houve tempo suficiente para que tudo fosse acertado antes da assinatura do decreto. Além da troca de nomes e da recusa de um dos indicados, a referência dada sobre outros membros foram também erradas.

Os assessores do ministro da Justiça, Fernando Lyra e ele próprio não sabiam informar se Rosah Russomano era homem ou mulher e José Alberto Assunção, qualificado como consultor do Estado-Maior das Forças Armadas, é na verdade diretor de administração da CPRM e ex-professor da Escola Superior de Guerra. O reverendo Guilhermino Cunha, até as 20 horas de ontem era tido — mesmo após retificação de Lyra — como Guilhermino Rocha.

Meia hora depois sua assessoria de imprensa informava que o nome correto era Guilhermino Cunha. O ministro Fernando Lyra apesar de admitir os enganos, não os justificou afirmando apenas, depois de muita insistência da imprensa e demonstrando irritação, que "a troca de nomes foi "apenas um erro e nada mais".

Guilhermino em vez de José

A Imprensa Nacional não errou e o presidente José Sarney não admite a hipótese de estar sendo sabotado por alguém de dentro do Governo, conforme suspeita do deputado Enoc Vieira.

Em almoço no Palácio da Alvorada, Vieira afirmou que no decreto de nomeação da comissão pré-Constituinte estava errado o nome do pastor Guilhermino Rocha — publicado como José Ferreira da Cunha, nome desconhecido pelos deputados federais evangélicos.

Sarney prometeu ao deputado maranhense esclarecer o equívoco e garantiu ter mandado o nome certo para a Imprensa Nacional. Ele inclusive mostrou a Enoc Vieira um cartão com a letra do deputado Daso Coimbra (PMDB-SP) — líder evangélico em seu Estado — para provar que havia nomeado o indicado. Surpreso com a troca de nomes, o Presidente logo constatou que o engano não fora do Planalto, o que já ocorreu outras vezes.

Informado por Vieira, Daso Coimbra ligou para a Ordem dos Ministros Evangélicos, da qual Guilhermino Rocha é procurador. E esclareceu: "Foi realmente um dos nomes que indicamos e o presidente Sarney atendeu nossa reivindicação". Ele é pastor da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro.

O erro é o quinto ocorrido em atos oficiais assinados pelo Presidente da República e hoje o **Diário Oficial** deverá publicar ato em que Sarney assina a correção.

Florisa vai defender a igualdade

A advogada Florisa Verucçi — uma das duas mulheres indicadas pelo presidente Sarney para compor a lista dos 50 nomes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — afirmou ontem que o papel da comissão será mais de canalizar e ordenar o material e as propostas da sociedade sobre a Constituinte já em discussão, do que promover debates sobre o assunto.

—Nossa tarefa — afirma ela — será no sentido de ordenar o material existente, verificar e separar o que é matéria constitucional e o que não é. Essa será uma grande colaboração para o Congresso Constituinte. É claro que poderemos apresentar ao final sugestões e recomendações. E por que não? Acredito porém que a elaboração de um anteprojeto limitaria o papel do Legislativo.

Sobre as fórmulas de funcionamento da comissão ela afirmou que o assunto será ainda debatido pelos seus membros. Segundo Florisa, "os participantes estão ainda no limiar da coisa, mas certamente o presidente da comissão, exministro Afonso Arinos, apresentará já na primeira reunião algumas propostas concretas sobre o regimento interno do órgão".

Após afirmar que a Constituição deve defender clara e objetivamente o princípio da igualdade, ela disse que na área dos direitos da mulher ela pretende discutir e colocar idéias sobre um novo conceito de família — que hoje segundo a lei "tem origem no casamento", e sobre o reconhecimento de filhos nos casamentos legais e nos casamentos de fato.

Bierrenbach aprova a conciliação

O relator da comissão mista que examina a emenda convocando a constituinte, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB/SP), afirmou ontem que a eleição de delegados constituintes, através dos partidos políticos, é uma fórmula razoável para conciliar os interesses dos que defendem a importância de vinculação partidária dos candidatos, e os que não desejam uma Constituinte exclusivamente congressual.

Segundo Bierrenbach, cada partido poderia ter a sua lista de delegados, que participariam apenas da elaboração da Constituição.

Na próxima terça-feira, Bierrenbach apresentará à comissão mista uma redução de sua proposta inicial de revogação ou alteração de dispositivos constitucionais para a realização de uma Constituinte livre. O relator pretendia abordar 17 artigos da Constituição, mas esse número foi considerado excessivo pela comissão.

A próxima sugestão de Bierrenbach se limitará aos itens cuja revogação ele considera essencial para a garantia de boas condições de funcionamento da Constituinte.

Congresso vai oficializar sua comissão hoje

A Comissão Constitucional do Congresso existe desde ontem, após a designação pelos líderes de todas as bancadas, inclusive dos novos partidos, dos 21 membros que vão integrá-la, a partir do ato de formalização, pelo presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que poderá ocorrer ainda hoje.

Destinada a percorrer todas as capitais e grandes centros urbanos para recolher subsídios nos diversos segmentos da sociedade para a elaboração da nova Constituição, a comissão é uma resposta do Congresso à Comissão Pré-Constituinte do Governo, considerada pelos parlamentares "muito elitista e auto-suficiente".

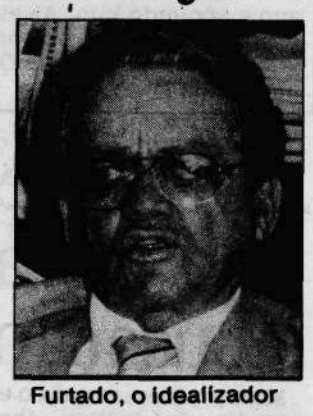
A comissão é integrada num primeiro plano apenas por parlamentares, mas deverá absorver representantes de todos os setores da sociedade civil.

Segundo o deputado Alencar Furtado (PMDB-SP), seu idealizador, a comissão tem por finalidade integrar o Congresso Nacional e a sociedade civil no movimento nacional pela Constituinte, que considera marginalizado.

Alencar, que logo obteve o apoio de todas as lideranças e o consentimento tácito do Governo para implementar a comissão, desde sua proposta há dois meses, está ainda empenhado em engajar a comissão no movimento pela retomada dos poderes do Congresso.

Ele acha que, sem as prerrogativas que lhe foram tomadas em 1964, não se poderá convocar uma Constituinte livre e soberana, nem se deve esperar uma nova Constituição realmente democrática, porque a Assembléia será inevitavelmente viciada pela legislação herdada do autoritarismo.

Cassado em 1977, quando era líder da oposição na Câmara, Alencar Furtado, que integra a linha de frente do grupo progressista do PMDB, acha que a Câmara, formando a comissão, terá marcado um grande tento.



Furtado, o idealizador

O deputado se confessa muito preocupado com o que considera campanha de desmoralização da instituição legislativa, comandada pela divulgação de uma imagem distorcida do Congresso e de seus membros, e chega mesmo a desconfiar que, por trás dela, esteja funcionando "o dedo do poder econômico".

31 MEMBROS

Os 31 membros da Comissão Constitucional do Congresso são os seguintes deputados: do PMDB — Alencar Furtado (PR), Freitas Nobre (SP), Maurílio Ferreira Lima (PE), Airton Soares (SP), Cardoso Alves (SP), Francisco Pinto (BA), Walber Guimarães (PR), Miguel Arraes (PE), Agenor Maria (RN), João Hermann (SP), Manoel Costa (MG); do PDS — Gióia Júnior (SP), Hugo Mardini (RS), Octávio Cesário (PR), Ricardo Fiuza (PE), Jorge Arbage (PA), Gerardo Renault (MG), Edison Lobão (MA); PFL — Emílio Hadad (MG), Celso Barros (PI), José Moura (PE) e Ricardo Ribeiro (SP); PDT — Elquisson Soares (BA) e Léo de Almeida Neves (PR); PTB — Gastone Righi (SP); PT, José Genoíno; PCB, PC do B, PSB, PL, PDC e PS — Sebastião Nery (RJ) e Haroldo Lima (BA).